



Programa de Leniência Antitruste do Cade

Audiência Pública – Comissão Mista da Medida Provisória n. 784/2017

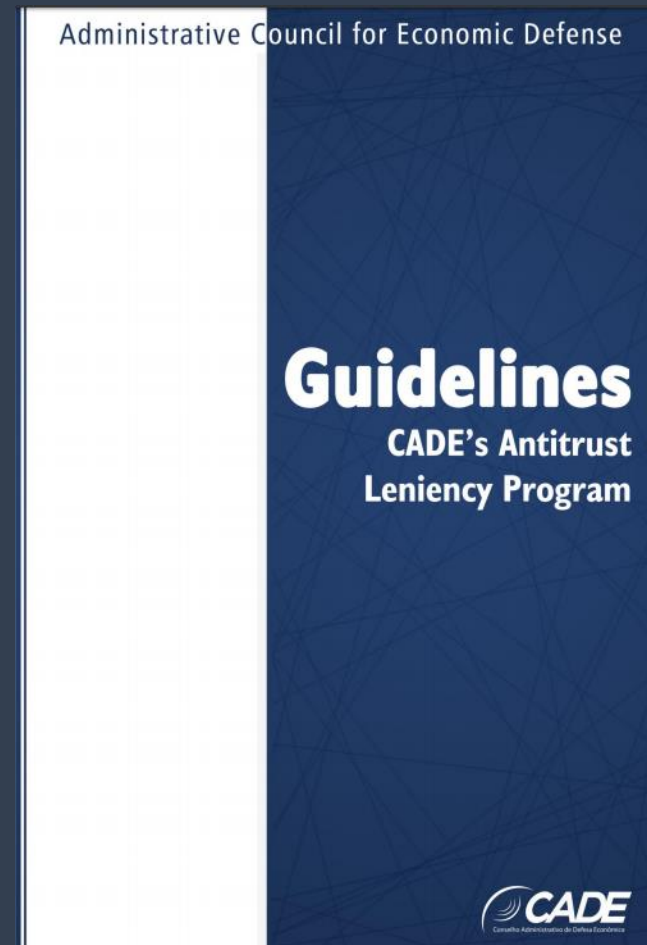
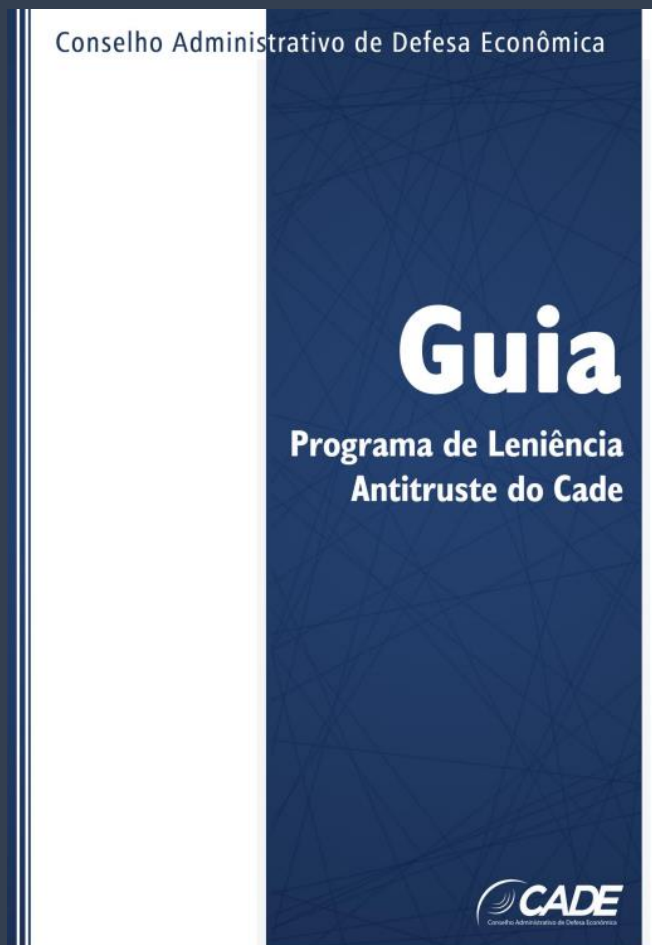
Felipe Leitão Valadares Roquete

Coordenador-Geral de Análise Antitruste 9 – Iniciação de casos e investigações

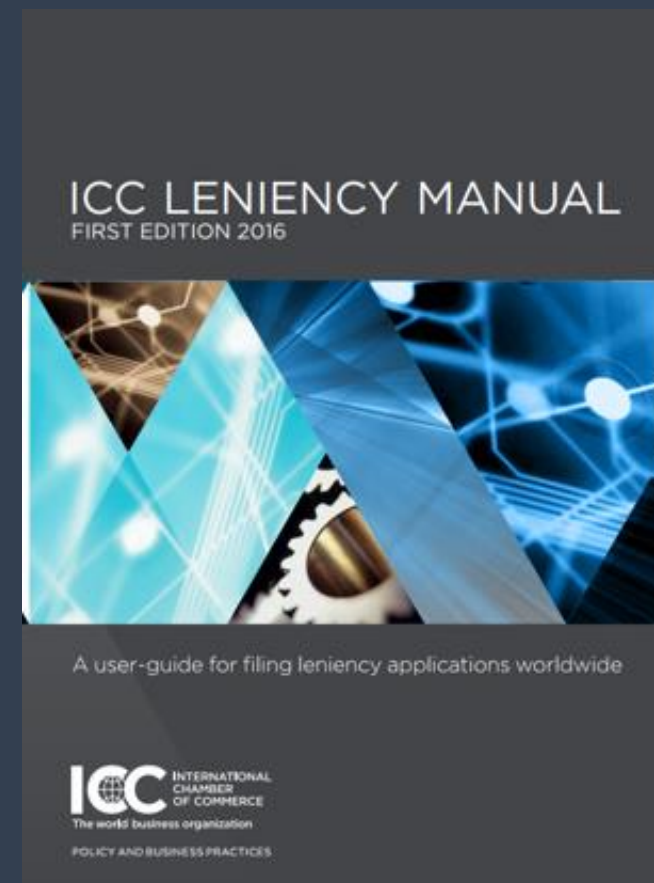
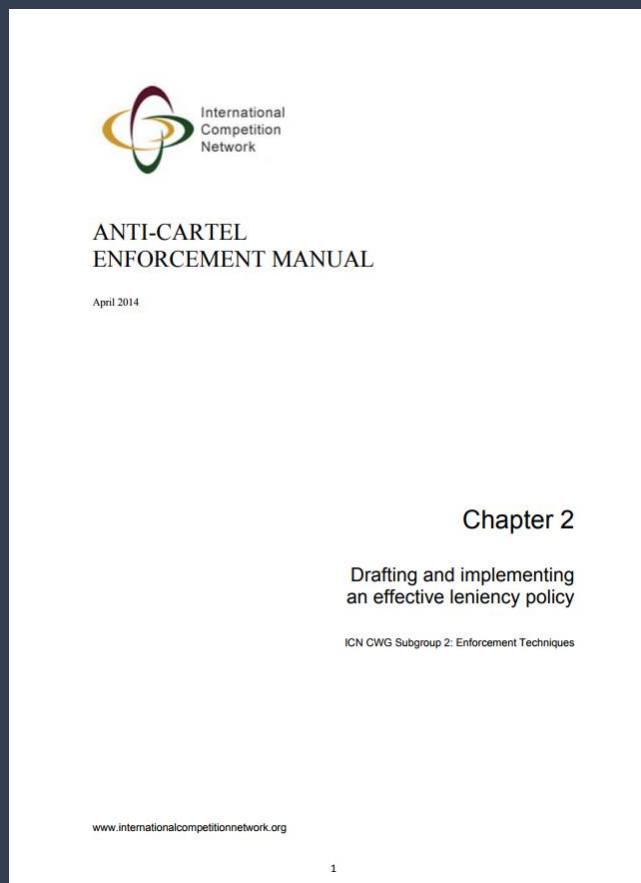
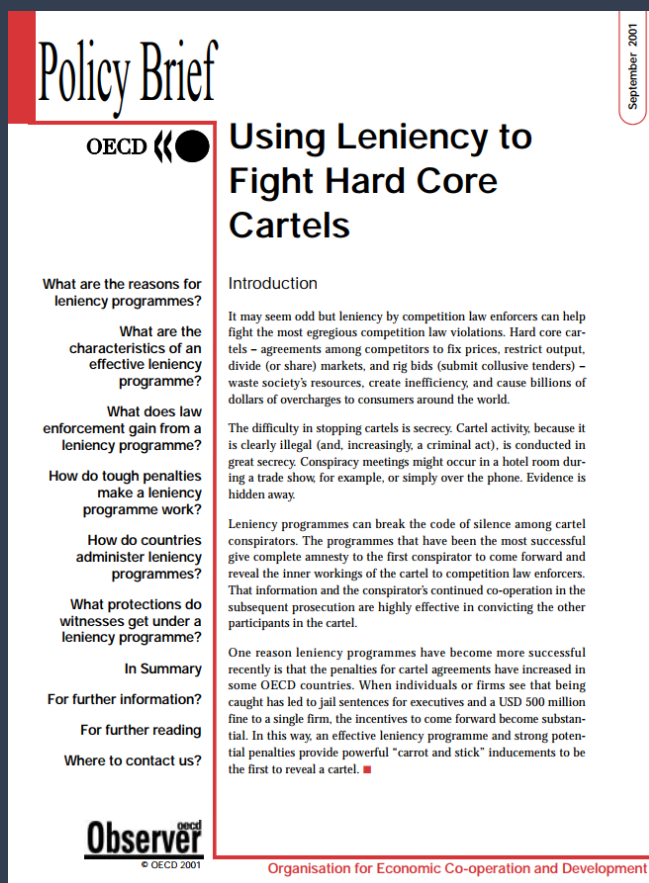
Os posicionamentos apresentados não necessariamente representam a posição oficial da
Superintendência-Geral ou do Tribunal do Cade

1. PILARES - PROGRAMA DE LENIÊNCIA ANTITRUSTE EFETIVO

1. Alto risco de detecção
2. Receio de severas punições
3. Transparência,
previsibilidade e
segurança jurídica



É considerado um dos instrumentos mais efetivos para se prevenir e punir cartéis no mundo e, por isso, um número expressivo de jurisdições os adota.



1. DETECÇÃO

- Conhecimento de um cartel desconhecido
- Acesso a uma conduta de difícil detecção (acobertamento)

2. COOPERAÇÃO

- Acesso “direto” a informações e provas da conduta
- Cooperação plena e permanente, ao longo de todo o processo

3. SANCCIONAMENTO

4. CESSAÇÃO

5. DISSUAÇÃO

- Função preventiva: desestabilização dos cartéis – conduta plurissubjetiva



2000: Inserção do Programa de Leniência; alteração da Lei 8.884/94

Lei 12.529/2011

*Art. 86. O Cade, por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência, com a **extinção** da ação punitiva da administração pública **ou a redução** de 1 (um) a 2/3 (dois terços) da penalidade aplicável, nos termos deste artigo, com **pessoas físicas e jurídicas** que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que **colaborem** efetivamente com as investigações e o processo administrativo e que dessa colaboração resulte:*

I - a **identificação** dos demais envolvidos na infração; e

II - a **obtenção de informações e documentos** que comprovem a **infração** noticiada ou sob investigação.

- **REPERCUSSÕES ADMINISTRATIVAS.**

Art. 86, §4º: imunidade ou redução de 1 a 2/3 da penalidade aplicável (confirmada ao final do processo pelo Tribunal do Cade)

- **REPERCUSSÕES CRIMINAIS.**

Art. 87: suspensão do curso do prazo prescricional; impede oferecimento da denúncia criminal; ao ser declarado cumprido, extingue automaticamente a punibilidade dos crimes diretamente relacionados (“tais como, Lei 8666/93 e Art. 288 CP”).

- MP assina os Acordos de Leniência do Cade como interveniente

4. PROGRAMA DE LENIÊNCIA ANTITRUSTE – BRASIL

Requisitos

Primeira

- A empresa seja a primeira a se qualificar com respeito à infração noticiada ou sob investigação;

Cessação

- Cesse sua participação na infração noticiada ou sob investigação a partir da data de propositura do acordo;

Provas na SG/CADE

- No momento da propositura do acordo, a Superintendência-Geral não disponha de provas suficientes para assegurar a condenação do Proponente;

Confissão

- Confesse sua participação no ilícito;

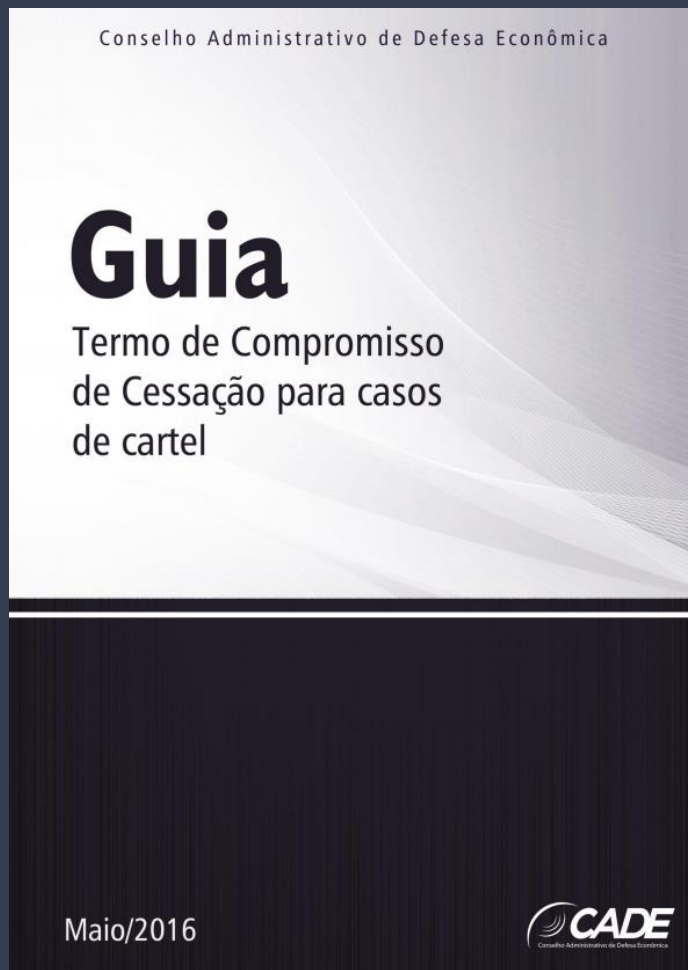
Cooperação

- Coopere plena e permanentemente com a investigação e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitado, a todos os atos processuais, até a decisão final sobre a infração noticiada proferida pelo Cade; e

Resultado da cooperação

- Da cooperação resulte a identificação dos demais envolvidos na infração e a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação

E se não for o primeiro?



Reconhecer

- Reconhecimento de participação no ilícito
- Alteração regimental de 2013

Colaboração

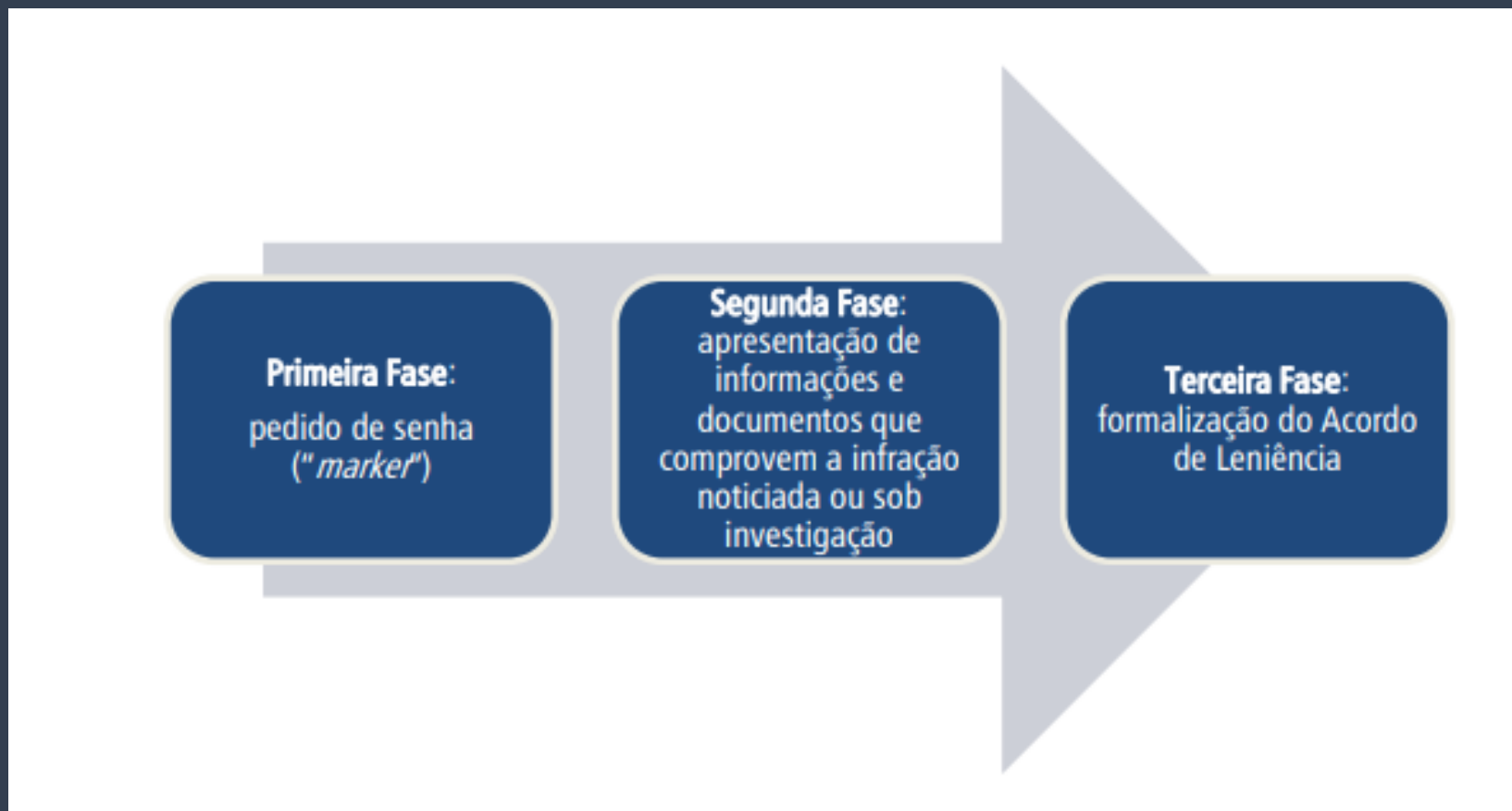
- Colaborar com a instrução processual (informações e documentos).
- **Amplitude e utilidade** da colaboração
- **Momento** da apresentação da proposta

\$\$\$

- **Contribuição pecuniária**
- Faixas de desconto pré-definidas

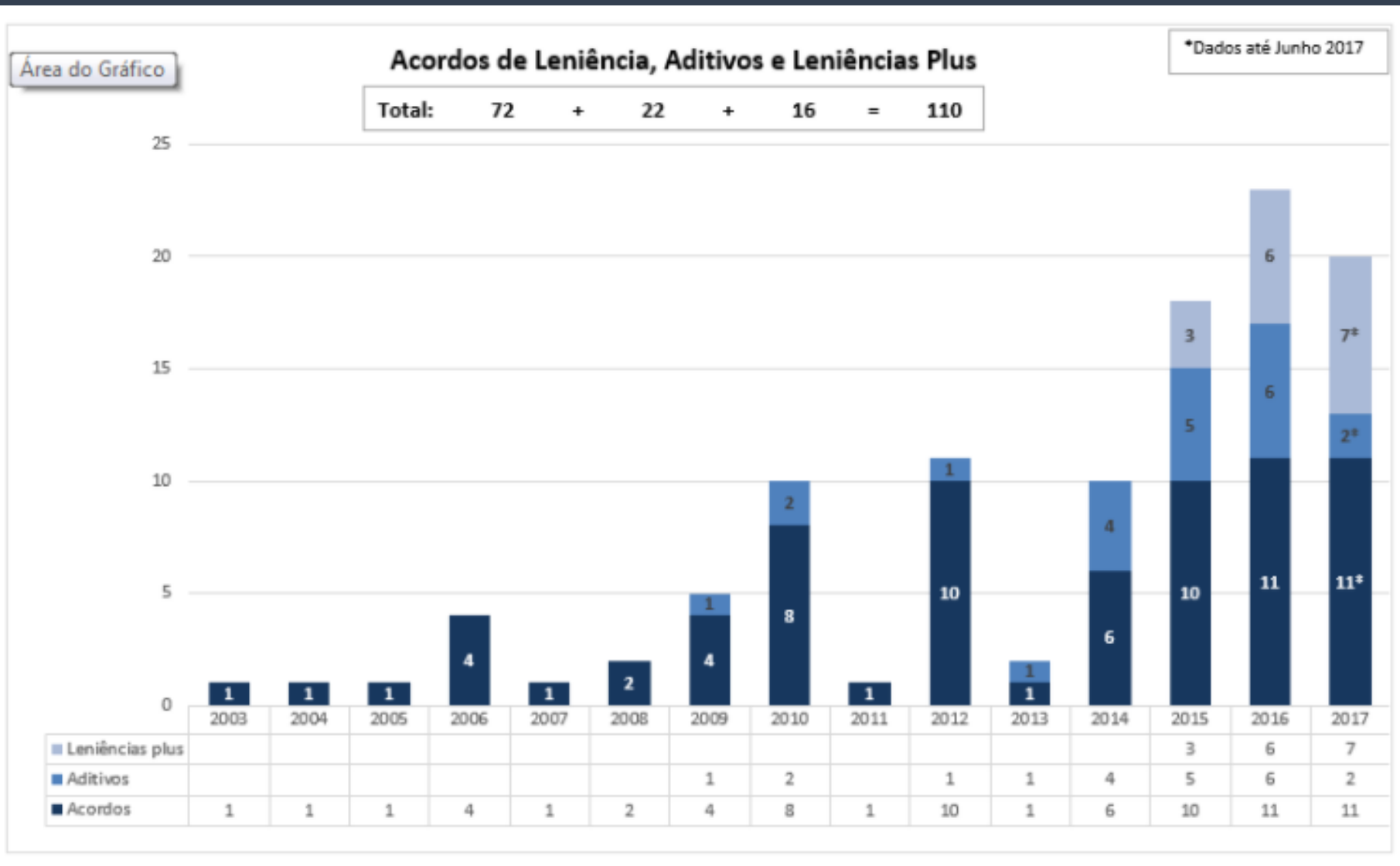
- Possível colaboração paralela com o MP!

Negociação



- MP assina os Acordos de Leniência do Cade como interveniente

4. PROGRAMA DE LENIÊNCIA ANTITRUSTE – BRASIL



5. DEMAIS PROGRAMA DE LENIÊNCIA – BRASIL

Cooperação

- Lei 12.529/2011
- CADE – MP
- Condutas coordenadas

Leniência
Antitruste

Leniência
Anti-
corrupção

- Lei 12.846/2013
- CGU – AGU – TCU
- Atos lesivos

Colaboração

- MPV 784
- BACEN e CVM
- Infrações Art. 3º

Leniência
Mercado
Financeiro

Leniência
criminal

- Lei 12.850/2013 e demais
- MP e Polícias
- Crimes



Obrigado!

Felipe Roquete

felipe.roquete@cade.gov.br